

4

Considerações finais:

O papel do irmão na constituição do sujeito e a importância da fraternidade na formação do laço social são temas atuais nas discussões entre psicanalistas. É possível pensar, que se Freud e seus contemporâneos contavam com uma estrutura familiar clássica, onde pai, mãe e filhos conviviam juntos, hoje as novas configurações familiares auxiliam na discussão acerca do papel do semelhante em nosso processo de construção subjetiva, além de apontarem para o questionamento acerca das estruturas clínicas clássicas, que levavam em consideração o papel do pai baseado neste modelo tradicional de família.

A família tradicional sofreu uma série de transformações ao longo dos anos. O papel do patriarca como o “chefe da família” e a autonomia dos círculos familiares deram lugar a múltiplos arranjos conjugais e parentais, ao mesmo tempo em que se pode observar o fim de uma rígida divisão entre o público e o privado. Em relação às mudanças da conjugalidade, Julien (2000) afirma que a autonomia da conjugalidade associa-se ao declínio do poder paterno, já que o declínio da imagem social do pai contribuiu para a autonomia dos parceiros na escolha conjugal.

O intervencionismo do Estado nas famílias também fez com que a palavra do pai fosse relativizada e a sociedade passasse a contar com diversos “especialistas” (profissionais de saúde e educadores) que postulavam novas formas de educação, higiene e comportamento. Desta forma, a parentalidade também sofreu modificações a partir do intervencionismo institucional no interior das famílias.

Os arranjos conjugais contemporâneos permitem uma série de combinações e incitam novas formas de vivenciar a parentalidade. Os re-casamentos, a inserção de filhos de relacionamentos anteriores nas famílias recém-formadas, a adoção e os divórcios auxiliaram para que ao invés de privilegiarmos o eixo vertical das relações, pudéssemos enfim valorizar o papel da horizontalidade em nossos vínculos sociais.

O papel do irmão na constituição do sujeito vem sendo tema de discussão de grande parte dos psicanalistas que entendem o valor da fratria na construção subjetiva. Pode-se supor que esta valorização está intimamente relacionada à mudança das estruturas familiares, já que as “novas famílias” também necessitam de novas formas de compreensão. Neste sentido, os novos arranjos familiares auxiliaram para que as nossas relações com os semelhantes fossem objetos de reflexão. Segundo Kehl (2001), a criança ter contato com “pais” e “mães” diversificados a ajuda a relativizar o poder absoluto do pai e da mãe e a simbolizar, não só a masculinidade e a feminilidade, mas também a autoridade e, sobretudo a lei.

A cultura do individualismo e do narcisismo presente na contemporaneidade enfatiza a satisfação pessoal e o gozo imediato. Todavia, é possível perceber nos debates atuais uma tentativa de se pensar no valor da fraternidade como uma forma de resgatar os ideais de amizade e solidariedade há tanto tempo deixados de lado. Tanis (2001), neste sentido, coloca que é importante que o analista investigue e questione aquilo que foi datado para que possamos instrumentalizar nossa clínica com novas teorias, baseadas no debate e no abandono de certas idéias.

A discussão sobre o papel da fraternidade em nossa constituição subjetiva cria um espaço de liberdade teórica para que passemos a compreender um novo olhar para a psicanálise a partir das relações sociais. Kehl (2001) aponta que é possível perceber que existem formas comunitárias de amparo e convívio que não tem que ser a da família tradicional.

A partir da observação clínica da visita dos irmãos de crianças internadas no CTI Pediátrico de uma clínica particular do Rio de Janeiro, foi possível notar o valor do laço fraterno como um elemento que beneficiava não apenas a criança internada, mas também o irmão que estava em casa e sofria as conseqüências psíquicas de ter um membro de sua família internado.

O interesse pelo tema da fratria surgiu neste contexto. Entretanto, ao passo em que avançamos no estudo, notamos que em muitos casos primos e amigos próximos da criança internada cumpriam também esta função fraterna, o que demonstrava clinicamente o que teóricos como Kehl, Féres- Carneiro, Birman, Costa, dentre outros, já afirmavam: o laço fraterno é diferente da relação fraterna, já que há muitos casos em que irmãos possuem um laço claro e uma relação

conflituosa. Sendo assim, dentro do CTI Pediátrico víamos que havia momentos em que outra pessoa do convívio da criança internada apresentava laços de amizade e de solidariedade que condiziam com o que definimos como fraternidade. Esta última vem ganhando destaque nas discussões psicanalíticas recentes, pois as relações horizontais permitem que compreendamos a nossa insuficiência diante do outro. Isto quer dizer que é necessário reconhecer que precisamos do outro para nos estruturarmos.

A partir do conceito de Complexo fraterno de René Kaës, notamos que este é definido como uma organização intrapsíquica a qual todo ser humano está submetido, independente de ser filho único ou membro de uma fratria. Desta forma, as relações horizontais estão sempre presentes e contribuem na formação do laço social.

O investimento narcísico dos pais garante que a criança tenha sua inscrição em uma história que ganha contornos através do discurso e da afetividade. Inicialmente, a atitude parental é a de conferir todas as perfeições ao seu filho, comportamento que Freud descreve como o renascimento do seu próprio narcisismo. Todavia, após lidar com sua posição no Complexo de Édipo e sua posterior dissolução, a criança entra no período de latência e volta seu interesse para os vínculos sociais. Neste momento, a questão da fratria está presente, pois a criança passa a lidar não só com seus interlocutores no grupo fraterno, mas também com os outros grupos sociais aos quais ela pertence.

A teoria freudiana não enfatiza especificamente a questão fraterna, mas Freud em diversos momentos de sua obra descreve casos clínicos onde algo referente à fratria é mencionado. Dentre as suas observações destaca-se o quanto o nascimento de um irmão desperta na criança o interesse pela descoberta da sexualidade e aguça a sua inteligência. O autor ainda postula que no ato originário de assassinato em “Totem e Tabu”, a formação do laço social é possível a partir de um ato coletivo entre os irmãos, onde uma ordem familiar é mantida.

A partir do nascimento de um irmão a criança precisa aprender a lidar com sua agressividade, já que passa a compartilhar um mesmo Outro com a criança recém-chegada, ao mesmo tempo em que se encaminha em direção aos laços sociais através de sua experiência dentro do grupo fraterno.

A fratria passa a ter assim um papel importante no desenvolvimento afetivo dos seres humanos, tendo em vista que o irmão tem grande participação na

constituição da personalidade desde o seu nascimento, onde a criança mais velha se vê destituída de seu lugar de filha única e passa a lidar com a alteridade nas relações horizontais.

A família tem um papel fundamental na transmissão da cultura e o reconhecimento do irmão pressupõe uma identificação mental com este. Entretanto, dificilmente a chegada de um irmão é vivenciada sem hostilidade pela criança mais velha. Dentro da experiência clínica, percebe-se que a época do aparecimento do irmão determina seu significado para o sujeito. Sendo assim, o irmão que surge após o complexo de Édipo é adotado, na maioria das vezes, no plano das identificações parentais, enquanto a criança que se encontra em um momento anterior ao Édipo costuma sofrer mais com o ciúme.

O irmão pode ser visto como um obstáculo à relação exclusiva com os pais, já que após o nascimento a criança mais velha experimenta o sentimento de exclusão por acreditar que os pais estão presentes para o bebê e ausentes em atender às suas demandas. A perda da onipotência narcisista, assim, também está relacionada com as mudanças produzidas na mãe pelo nascimento de um novo filho, já que também é necessário um remanejamento da dinâmica familiar em virtude da chegada de um novo membro na família.

A forma como os pais lidam com o nascimento de um outro filho é muito importante para que a criança mais velha vivencie esta experiência. Permitir que a criança possa expressar sua agressividade auxilia para que aos poucos ela vá se identificando com o bebê recém-chegado. Sendo assim, a noção afetiva de irmão vai se formando na medida em que os adultos compreendem que não há necessidade de impor um comportamento social de amor positivo ao primogênito. É necessário colocar ainda que a criança mais velha necessita de um tempo para compreender que esta forma de ser menos evoluída do que ela, o bebê, não representará um entrave biodinâmico ao seu desenvolvimento, assim como não será uma ameaça às suas aquisições já adquiridas.

A consanguinidade, todavia, não define com precisão a aliança fraterna. Esta última, diz respeito ao reconhecimento da existência de um semelhante e de um laço horizontal entre pares. Neste sentido, há uma passagem de um momento onde a lógica onipotente prevalece para outro em que, através do reconhecimento da alteridade, predomina a aliança e o posterior surgimento de outras formas de laço social.

O complexo fraterno, definido como uma formação inconsciente é diferente das relações fraternas, que representam vínculos consanguíneos entre pares. A partir da teoria de René Kaës foi possível compreender que o complexo fraterno não implica necessariamente uma relação fraterna real, mas relações intersubjetivas que o sujeito estabelece com alguns de seus pares. O fraterno assim está relacionado às relações inter-individuais, enquanto que a fratria é um conceito grupal, com uma entidade psíquica exclusiva (BENGHOZI E FÉRES-CARNEIRO, 2001).

O surgimento do irmão na dinâmica familiar faz com que a criança se aproprie de sua história, ao mesmo tempo em que através da circulação horizontal permite que se desenvolvam traços identificatórios. Esta dimensão da alteridade deve ser também considerada na clínica, onde a forma como o paciente reconhece essa alteridade precisa ser escutada e discutida juntamente à configuração edipiana.

A importância de se considerar a dimensão horizontal no discurso dos pacientes está na hipótese de que a problemática fraterna infantil exerce papel fundamental no desenvolvimento emocional dos seres humanos, já que o irmão se distingue por introduzir uma dimensão de historicidade ao sujeito. Além disso, o tema da fratria, tanto no discurso dos pacientes quanto na transferência requer que o analista esteja atento com as identificações que o analisando faz na medida em que se concebe a transferência de uma forma multifacetada e não apenas com o enfoque na dimensão parental.

O valor da questão fraterna mostrou-se evidente no CTI Pediátrico, onde ficou evidente o quanto a visita do irmão à criança internada auxiliava tanto ao paciente quanto à criança que estava em casa. A internação de um filho mobiliza muito os pais e por isso, a criança que não está enferma se sente muitas vezes negligenciada pela atenção que o irmão requer. Isto muitas vezes intensifica a expressão do ciúme por parte da criança que está em casa, que muitas vezes se utiliza do corpo como uma forma de demonstrar sua insatisfação. Nestes casos, distúrbios psicossomáticos e alterações de comportamento são indícios evidentes de que a criança possui uma estreita relação entre o corpo e suas emoções.

O papel da corporeidade na clínica deve ser considerado, já que há casos em que a criança não encontra outros recursos para expressar o que sente. Neste sentido, a utilização de recursos gráficos durante a visita dos irmãos no CTI

permite que a criança invista emocionalmente no desenho para, desta forma, dar forma e conteúdo para suas fantasias.

A visita dos irmãos também é um importante recurso no resgate do lúdico e no alívio das tensões provenientes da internação. Compreendemos que a visita da criança que está em casa é interessante não apenas por auxiliá-la na compreensão da internação, mas também porque permite que a criança internada, através da valorização da relação horizontal, resgate elementos da realidade extra-hospitalar e do cotidiano.

O brincar proporcional um alívio entre a realidade interna e externa, já que facilita o acesso à atividade simbólica e auxilia os irmãos na apropriação da experiência dolorosa diante da internação. Desta forma, podemos garantir o resgate da subjetividade e de uma postura ativa da criança inserida no ambiente intensivista, reconhecido por sua objetividade. As visitas dos irmãos são assim um elemento fundamental no resgate dos laços afetivos e na desconstrução de angústias.

A solidariedade entre os irmãos aponta para a importância da valorização dos aspectos positivos da relação fraterna, muitas vezes citada apenas em sua dimensão de rivalitória e de concorrência. O nascimento de um irmão é importante na medida em que permite que a criança saia de uma lógica especular eu-outro para um momento posterior onde a alteridade é considerada, assim como o direcionamento em relação aos laços sociais.

A fraternidade, não necessariamente relacionada a uma relação fraterna real, não se limita ao campo familiar, já que considera a referência alteritória e a responsabilidade do sujeito com o semelhante. No mundo contemporâneo, onde reinam o individualismo e os bens de consumo, reconhecer a importância do outro em nossa constituição subjetiva requer que nos percebamos como insuficientes diante da sociedade na medida em que são as relações sociais que criam um convívio harmônico com o semelhante.

Freud já demonstrava a importância das relações horizontais no texto Totem e Tabu, onde era através do pacto surgido mediante o assassinato do pai que os irmãos passavam da horda à fratria. Esta última valoriza assim a inclusão e a ênfase na igualdade.

A valorização da fraternidade é fundamental, pois permite que a coletividade seja considerada como um importante recurso no resgate aos laços de

solidariedade e de amizade. Embora vivamos em uma sociedade objetivista e auto-centrada, hoje em dia podemos reconhecer que muitos grupos passaram a discutir a importância do semelhante na sociedade. O grande número de filmes e a recente publicação de livros onde a questão fraterna está presente parece ratificar este ponto de vista aqui adotado.

De acordo com Costa (2000), a ênfase na importância do pai surge em um momento histórico onde as famílias eram estruturadas de uma forma tradicional, onde pai, mãe e filhos dividiam o mesmo espaço e a mediação do Estado e das instituições no ambiente familiar não aconteciam. Entretanto, na medida em que as configurações familiares foram se modificando e a sociedade industrial ganhou fôlego, a mediação paterna foi enfraquecendo e a necessidade de gozo diante da sociedade de consumo foi gradativamente tomando espaço.

Apelamos para a função paterna porque ainda não conseguimos encontrar novas formas de lidar com a idéia tradicional do que a família representa, segundo Costa (2000). Neste sentido, o autor propõe que pensemos nos pares e na função fraterna como uma forma de reconhecer na alteridade o caminho para um olhar renovado.

Neste estudo, que surgiu a partir de um questionamento clínico acerca da importância do irmão, foi possível compreender que a fraternidade e o fraterno são elementos fundamentais na criação dos laços sociais. A experiência da visita dos irmãos realizada no CTI Pediátrico permitiu que pensássemos na função do semelhante no resgate da amizade e do afeto. Tornou-se óbvio que o papel que o irmão exerce no psiquismo vai muito além do pertencimento familiar, já que o resgate desta relação em um ambiente onde a angústia reina mostrou o valor do cuidado com o outro e seu reconhecimento como um igual.

A diferença entre a relação fraterna e o complexo fraterno também foi contemplada, já que discutimos que o complexo fraterno está relacionado a uma estrutura inconsciente, que independe do fato do sujeito ter irmãos ou não, enquanto que as relações fraternas pressupõem a existência de um irmão que compartilhe o ambiente familiar. Desta forma, a fraternidade também mencionada representa o papel do semelhante em nossos relacionamentos sociais e na forma como lidamos com a idéia de que precisamos de um outro, já que somos insuficientes diante de nossos pares.

Os semelhantes produzem o laço simbólico a partir de suas necessidades e o sustentam na coletividade. Desta forma, as formações fraternas (que não precisam ser somente entre irmãos) se mostram como estruturas horizontais de amparo.

Já que a criação do laço impõe um limite ao narcisismo e ao aniquilamento do outro, o papel do fraterno na subjetividade se mostra essencial, pois é a partir deste primeiro contato com a alteridade que a criança poderá compreender sua insuficiência diante do social, na medida em que as relações sociais se solidificam a partir da percepção de que precisamos do outro para nos constituirmos.